(Processo TC/527479/2009)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SESPA nº 103/2008
Responsável/Interessado: LUCIANO COUTINHO DA SILVA e INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E ASSISTENCIAL MARIA NONATO
Advogado: Dr. JOSE CARLOS LIMA DA COSTA OAB/PA 9.654
Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. LUCIANO COUTINHO DA SILVA (CPF: ***.478-412-**) , Presidente à época, Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Assistencial Maria Nonato no valor de R\$-70.000,00 (setenta mil reais).

ACÓRDÃO N.º 64.033**(Processo TC/516370/2009)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SESPA nº 011/2008.
Responsável/Interessado: HÉLIO LEITE DA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

Advogado: ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO – OAB/PA n. 10.826
 SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - OAB/PA n. 2.774

Relator: Conselheiro: LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. HÉLIO LEITE DA SILVA, ex-Prefeito do município de Castanhal, no valor total de R\$1.040.252,83 (um milhão, quarenta mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), dando-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO N.º 64.034**(Processo TC/521357/2012)**

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEEL n.º 089/2008.
Responsável/Interessado: Luiz Carlos da Costa Machado e Associação Goitacaz Futebol ClubE.

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", c/c o art. 62 e o parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. Luiz Carlos da Costa Machado (CPF: 610.909.722-53), ex-Presidente da Associação Goitacaz Futebol Clube, à devolução do valor de R\$-10.464,00 (dez mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), devidamente corrigido monetariamente a partir de 01/07/2010, acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento; que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 64.035**(Processo TC/521620/2012)**

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEEL n.º 167/2008.
Responsável/Interessado: Sabino dos Santos Ribeiro e Federação Paraense de Boxe

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "b" e "d", c/c o art. 62 e o parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. Sabino dos Santos Ribeiro (CPF: 000.535.112-04), ex-Presidente da Federação Paraense de Boxe, à devolução do valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), devidamente corrigido monetariamente a partir de 16/10/2008, acrescido de juros de mora até a data de seu efetivo recolhimento; que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 64.036**(Processo TC/521889/2012)**

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEEL nº 225/2008.
Responsável/Interessado: Severino Marçal de Menezes Junior e Instituto de Apoio aos Atletas de Futebol Profissional do Estado do Pará

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", c/c o art. 62 e o parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares e condenar solidariamente, o Sr. SEVERINO MARÇAL DE MENEZES JUNIOR (CPF: 640.041.552-15) e o INSTITUTO DE APOIO AOS ATLETAS DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARÁ (CNPJ: 05.552.888/0001-99), a devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) atualizada a partir de 23/04/2009, e acrescida de juros até a data de seu efetivo recolhimento.

O valor supracitado deverá ser recolhido no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 64.037**(Processo TC/513070/2013)**

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SECULT nº. 071/2007.
Responsável/Interessado: Denilson Batista Rodrigues Ferreira e Associação de Consciência Negra Quilombo de Castanhal

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", c/c o art. 62 e o parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares e condenar solidariamente, o Sr. Denilson Batista Rodrigues Ferreira (CPF: 374.585.232-04) e a Associação de Consciência Negra Quilombo (CNPJ: 07.487.489/0001-17), a devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) atualizada a partir de 26/12/2007, e acrescida de juros até a data de seu efetivo recolhimento.

O valor supracitado deverá ser recolhido no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 64.038**(Processo TC/509282/2012)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEEL nº 015/2011
Responsável/Interessado: LUIZ HAROLDO DE MELO E SILVA e ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ

Advogado: MANOEL ANDRÉ CAVALCANTE DE SOUZA – OAB/PA nº 10.680

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. LUIZ HAROLDO DE MELO E SILVA (CPF:***.441.972-**), Presidente à época da ADESEF, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

ACÓRDÃO N.º 64.039**(Processo TC/511756/2020)**

Assunto: RECURSO DE REEXAME

Recorrente: HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Advogado: Dr. TIAGO RAMOS AZEVEDO – OAB/PA nº 12.537

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO nº. 60.141, de 23.01.2020

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (Art.191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reexame interposto pelo HOSPITAL OPHIR LOYOLA e negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida.

ACÓRDÃO N.º 64.040**(Processo TC/506960/2011)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEPOF nº 148/2010

Responsável/Interessado: IZALDINO ALTOÉ e PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUNDÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Relator, com fundamento no artigo 56, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

- 1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. IZALDINO ALTOÉ (CPF: ***.525.307-**), Ex-Prefeito do Município de Jacundá, no valor de R\$-441.353,84 (quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), sem devolução de valores;
- 2) Recomendar à Prefeitura Municipal de Jacundá que, atente quanto à projeção de custos durante a fase interna de licitações que visam a contratação de obras de engenharia, quando houver o emprego de recursos estaduais, de modo a ajustá-los à realidade do mercado, com o intuito de evitar que sejam pagos valores diversos dos inicialmente definidos.

ACÓRDÃO N.º 64.041**(Processo TC/511597/2008)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEEL n.º 133/2007.

Responsável/Interessado: Espólio de ADAÍAS RAMOS BATISTA e ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CLUBE DO REMO – JURUTI.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO (Art. 191, § 3º do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento nos arts. 57 e 58 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, considerar ilíquidáveis e ordenar o trancamento das contas e consequente arquivamento do processo, de responsabilidade do Espólio do Sr. ADAÍAS RAMOS BATISTA, ex-Presidente da Associação Esportiva Clube do Remo - Juruti, no valor de R\$-70.000,00 (setenta mil reais) relativos ao Convênio SEEL nº 133/2007.

ACÓRDÃO N.º 64.042**(Processo TC/537461/2009)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEDUC n.º 056/2009.

Responsável/Interessado: CARLOS EVALDO DOS SANTOS SILVA e CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO